



## Desafios do Estado no controlo da segurança privada no contexto da indústria extractiva e conflito no norte de Moçambique



**M**oçambique vive momentos críticos na governação do sector de segurança desde a emergência e instalação dos grandes projectos de empresas multinacionais em Cabo Delgado. As Forças de Defesa e Segurança (FDS) não estiveram suficientemente preparadas para prover segurança aos grandes projectos multinacionais no norte de Moçambique

e, para agravar a situação, eclodiu em Outubro de 2017 o conflito extremista violento que veio pressionar as FDS. Com efeito, este cenário abriu espaço para a instalação de empresas privadas de segurança internacionais contratadas pelas multinacionais. Trata-se de empresas que têm melhores condições de trabalho, de equipamentos e cobram receitas “chorudas”, cabendo ao Es-



Sifuenta Anenge, representante do Ministério do Interior

tado moçambicano apenas a tarefa de controlar a sua actuação, que raras vezes consegue fazer com a devida efectividade.

A Secção H do Quadro de Políticas da União Africana para a Reforma do Sector de Segurança em África chama atenção para o papel da sociedade civil africana na reforma do sector de segurança. O destaque vai para dois pontos essenciais: (i) promover o diálogo sobre questões de segurança entre os diferentes sectores da sociedade como uma medida de criação de confiança; (ii) promover e defender uma cultura de boa-governança, princípios democráticos, participação, liberdade e direitos humanos, bem como justiça social no sector da segurança<sup>1</sup>.

A conferência sobre empresas de segurança privada e direitos humanos em Cabo Delgado, que teve lugar no dia 27 de Julho de 2023, na cidade de Pemba, organizada pelo Centro para

Democracia e Direitos Humanos (CDD) em parceria com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos de Moçambique, foi um marco importante para a viragem do foco, assente exclusivamente na actuação ou provisão de serviços de segurança pelo Estado.

Apesar de ser sua finalidade prover a defesa e segurança, a ordem, o bem-estar e o progresso do seu povo, o Estado moçambicano vive situações adversas que colocam limitações na sua actuação. Todavia, este espaço é aproveitado por empresas internacionais do sector de segurança privada que são contratadas pelas empresas multinacionais. A verdade é que essas empresas coincidem não apenas em Moçambique, pois trabalham juntas em outros países onde existem recursos naturais.

Para além do contexto específico de investido-

<sup>1</sup> Comissão da União Africana. **Quadro de Políticas para a Reforma do Sector de Segurança**. União Africana, Adis Abeba, Etiópia. Disponível Em: <https://www.Peaceau.Org/Uploads/Policy-Framework-Po.Pdf> Acessado em: 05 Ago 2023.



res na indústria extractiva que contratam muitas empresas do sector de segurança privada, evidências mostram que em situações de conflito, muitas embaixadas e organizações internacionais também contratam esses serviços. São disso exemplos a ONU, PNUD, ACNUR, UNICEF, CARE, CARITAS e World Vision<sup>2</sup>.

De acordo com Oliveira (2010), citando Singer (2001/2002), “o ponto central na discussão sobre as empresas privadas de segurança é que os indivíduos, Estados e organizações internacionais dependem cada vez mais de serviços militares fornecidos pelo mercado privado e não por instituições públicas”.

Ao se ocuparem da segurança privada tanto para as empresas da indústria extractiva, assim como para outros tipos de clientes, as empresas de segurança privada levam em conta que a sua responsabilidade principal não é com os eleitores, nem com as instituições democráticas,

mas com os accionistas das empresas e com os seus contratantes<sup>3</sup>, o que limita a prestação de contas e responsabilização dos seus actos, como por exemplo para casos de violação de direitos humanos, onde o Estado não tem o devido controlo sobre essas empresas.

Em casos como o de Moçambique, que está a passar por conflito na região norte e enfrenta vários desafios na provisão de segurança e na implementação efectiva dos diplomas que regem o sector de segurança privada, a União Africana recomenda através do Quadro de Políticas para a Reforma do Sector de Segurança em África a implementação de uma Reforma do Sector de Segurança (RSS).

A RSS, de acordo com o Quadro citado, refere-se ao processo pelo qual os países formulam ou reorientam as políticas, estruturas e capacidades das instituições e grupos envolvidos no sector de segurança, no sentido de as tornar

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. **A Guerra Terceirizada: As Empresas Privadas de Segurança e a “Guerra ao Terror”**. Carta Internacional, Março de 2010. Pp. 68. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/530-Texto%20do%20artigo-1633-1708-10-20160913%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/530-Texto%20do%20artigo-1633-1708-10-20160913%20(1).pdf) Acessado em: 05 Ago 2023.

<sup>3</sup> Idem.

mais eficazes, eficientes e sensíveis ao controlo democrático e às necessidades de segurança e justiça do povo. A maior parte das RSS em África surgem no âmbito da reconstrução pós-conflito. Este instrumento é importante porque coloca, para além das entidades estatais que fazem parte do sector de segurança, os órgãos de segurança não-estatais, tais como as empresas de segurança privada.

No decorrer da conferência sobre empresas de segurança privada e direitos humanos em Cabo Delgado, Sifuená Anenge, representante do Ministério do Interior, fez notar que em Cabo Delgado existem 31 empresas de segurança privada, das quais cinco não têm escritórios adequados, o que dificulta as inspecções. Por outro lado, algumas empresas de segurança privada possuem armas não registadas pelas autoridades, o que constitui uma violação da legislação aplicável (Decreto n.º 9/2007, de 30 de Abril - aprova o Regulamento das Empresas de Segurança Privada) e pode constituir um risco de segurança se forem desviadas para actos subversivos contra o próprio Estado<sup>4</sup>.

Iniciativas como os Princípios Voluntários so-

bre Segurança e Direitos Humanos podem oferecer uma base sólida para o Governo de Moçambique melhorar a sua abordagem para a problemática do controlo da actuação das empresas de segurança privada. A União Africana reconhece que o sector de segurança deve ser objecto de revisão institucional regular, pelo menos uma vez em cada 10 anos. Além disso, as RSS devem integrar um esforço mais amplo de reformas e constituir um elemento essencial na prevenção de conflitos, nos esforços de pacificação, no período de recuperação imediato após conflito, na edificação e consolidação da paz, e nas agendas de desenvolvimento sustentável<sup>5</sup>.

Para a efectiva implementação dessas reformas, duas questões devem ser observadas: (i) Supervisão legislativa do sector de segurança – que consiste em a Assembleia da República elaborar e aprovar leis, regras e regulamentos das instituições do sector de segurança, estabelecer e mandar comissões especializadas para executar a supervisão em seu nome e para a manter regularmente informada; (ii) O controlo e a supervisão judicial que visam restringir o uso de poderes intrusivos do sector de segurança que não estejam estabelecidos na Constituição e demais leis.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Conferencia-sobre-empresas-de-seguranca-privada-e-direitos-humanos-em-Cabo-Delgado.pdf>

<sup>5</sup> Comissão da União Africana. **Quadro de Políticas para a Reforma do Sector de Segurança**. União Africana, Adis Abeba, Etiópia. Disponível Em: <https://www.Peaceau.Org/Uploads/Policy-Framework-Po.Pdf> Acessado em: 05 Ago 2023.


<sup>6</sup> Idem.



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Coordenador do Programa:** Américo Maluana  
**Editor:** Emídio Beúla  
**Autor:** Abdul Tavares  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Av. Marginal nº 1182, Bairro de Cariacó, Cidade de Pemba – Cabo Delgado  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique